

CONFLITO, RESISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PAULISTA. Um estudo de caso sobre a ocupação da ALESP realizada pelos professores em 1993.

Viviane Freitas
vivi_freitas13@yahoo.com.br
Universidade Nove de Julho- UNINOVE
Brasil
Carlos Bauer
carlosbauer@pq.cnpq.br
Universidade Nove de Julho- UNINOVE

Brasil



RESUMEN

La presente propuesta de estudio tiene como objetivo reconstruir la trayectoria de un momento emblemático de la historia de los profesores de la red estadual de la enseñanza de São Paulo, que fue la ocupación de la Asamblea Legislativa por los profesores durante la huelga de 1993. Esa ocupación tuvo lugar el día 19 de en octubre de ese año, después de una huelga con gran adhesión de los profesores que ya ocurría hace 65 días sin lograr alcanzar ninguno de sus objetivos e incluso el diálogo para el establecimiento de negociaciones con el gobierno del estado de São Paulo. En los últimos años, la mayoría de los países de la Unión Europea (UE), en el marco de la Unión Europea, Este hecho nos parece emblemático de la historia de conflictos sindicales y políticos que ha marcado la educación pública paulista en la contemporaneidad. Los estudios sobre la historia y el carácter pedagógico del asociativismo y del sindicalismo de los trabajadores en educación son poco usuales en el área de la educación. En el universo de los estudios existentes, el Sindicato de los Profesores de la Enseñanza Oficial del Estado de São Paulo es la entidad que se destaca, teniendo una gama muy grande de investigadores académicos inclinados sobre su trayectoria. Sin embargo, constatamos que ese significativo episodio aún es inédito entre las investigaciones realizadas en el área, por esa razón creemos que es relevante el trabajo en torno a esa reconstrucción histórica, con el objetivo de comprender los matices de ese período y su importancia en los embates políticos y en la trayectoria política educativa de los profesores paulistas.



ABSTRACT

The purpose of this study proposal is to reconstruct the trajectory of an emblematic moment in the history of the teachers of the state education network of São Paulo, which was the occupation of the Legislative Assembly by the teachers during the 1993 strike. October of this year, after a strike with great adherence of the teachers that already happened 65 days without reaching any of its objectives and even the dialogue for the establishment of negotiations with the government of the state of São Paulo. There were 9 days of teaching occupation of Alesp (Legislative Assembly of the State of São Paulo), marked by strong repression by the authorities and, at the same time, by the solidarity of society and its peers. This fact seems to us emblematic of the history of union and political conflicts that has marked the public education of São Paulo in the contemporary world. Studies on the history and pedagogical character of the associativism and syndicalism of workers in education are unusual in the area of education. In the universe of existing studies, the Union of Teachers of Official Teaching of the State of São Paulo is the entity that stands out, with a very large range of academic researchers who are looking at their trajectory. However, we note that this significant episode is still unheard of among the researches carried out in the area, for this reason we believe that the work around this historical reconstruction is relevant, in order to understand the nuances of this period and its importance in political conflicts and trajectory of the teachers of São Paulo.

Palabras clave

Historia de la Educación, Huelga de profesores, Ocupación de Alesp História da Educação, Greve de professores, Ocupação da Alesp

Keywords

Historia de la Educación, Huelga de profesores, Ocupación de Alesp



I. Introducción

(Descripción del tema o problema, objetivos e indicar si es resultado de una investigación en curso o concluida)

A temática de pesquisa até aqui, parcialmente, desenvolvida está inserida no campo dos estudos preocupados em analisar e contextualizar criticamente as formas de organização ditas associativistas e sindicais dos trabalhadores em educação, particularmente, nos chama a atenção os seus aspectos históricos.

Julgamos que estudos como esses podem contribuir para uma compreensão ampliada do processo histórico educativo, que não pode desconsiderar as condições laborais daqueles que constituem o mundo do trabalho educacional; bem como a urdidura e o desenvolvimento de suas lutas que, na concretude da vida social, tem-se demonstrado necessários para se garantir as condições elementares para o pleno exercício e a qualidade social de suas atividades educativas.

O posicionamento e a interpretação que buscamos realizar é o de que os professores se constituem e se formam como uma categoria pertencente à classe trabalhadora. "O docente, a despeito da especificidade de sua tarefa relativa à reprodução dos valores e dos conhecimentos da sociedade, não constitui uma terceira categoria, uma classe diferente. É um trabalhador explorado como os demais." (Dal Rosso, 2011, p. 20).

Nas chamadas sociedades ocidentais a presença das organizações associativas e sindicais dos trabalhadores, em geral, nem sempre foram bem vindas, registrando-se uma série interminável de ações coercitivas e repressivas realizadas, tanto pelo aparato estatal, quanto pelo patronato sediado nos mais variados países. Submetidos a uma série de adversidades sociais, econômicas e políticas, paulatinamente, a partir dos meados do século XIX, essas entidades começaram a ser reconhecida política e socialmente, assumindo um papel fundamental no processo de organização e desenvolvimento das lutas dos trabalhadores, seja contra a opressão estatal, seja na resistência contra a exploração e as péssimas condições de trabalho perpetrado pelo patronato privatista e controlador dos meios de produção.



No Brasil, sucintamente, podemos dizer que as origens mais remotas do associativismo e do sindicalismo estão associadas ao processo histórico que culminou com o fim da escravidão em 1888, a organização de movimentos que poderiamos chamar de protossindicais. Esses foram consubstanciados pela presença dos ex-cativos, imigrantes europeus e homens brancos e pobres procurando se organizar em defesa dos seus mais elementares direitos sociais, como é o caso do direito ao trabalho e da seguridade social.

De fato, foi nesse mesmo período que assistimos a uma impressionante intensificação dos fluxos migratórios em direção ao país, emblematicamente, representados pela vinda dos chamados colonos italianos, japoneses, alemães, poloneses e, tantos outros, representantes das mais variadas nacionalidades; que assolados pelas crises políticas, econômicas e sociais reinantes em sua terra natal, procuravam o Brasil em busca de melhores dias e condições dignas de vida.

Muitos desses imigrantes trouxeram em suas bagagens o ideário anarquista, e os valores do socialismo libertário e o firme compromisso de contribuírem com a organização política e social daqueles que viviam do próprio trabalho.

Presentes em diferentes cidades do país e tendo como principais instrumentos a publicação de jornais, livretos e a criação de inúmeras associações, os anarquistas, procuraram disseminar concepções políticas que traziam como principal objetivo questionar os postulados clericais, realizar a crítica a propriedade privada e do Estado como forças fadadas a inibir o livre consciente desenvolvimento dos indivíduos, seu lema mais conhecido era "Nem pátria, nem patrão!" (Hardman, 1984).

Os anarquistas trouxeram também em sua bagagem uma vasta experiência de lutas e disposição organizativa no continente europeu com aquilo que poderíamos chamar, hoje, de partidos políticos, ou, mesmo, na realização de alianças classistas; tinham na organização das greves como a manifestação de uma força organizativa e o principal instrumento para alcançar a suas reivindicações centradas no âmbito econômico. Pode-se mesmo dizer que a greve era a sua principal forma de luta. Em São Paulo, por exemplo, foram realizados grandes e conflituosos movimentos paredistas em 1912, 1914, 1917 e 1918, momentos esses que se registraram grandes conflitos e agitação social por toda a cidade.



Com advento da Revolução Russa, em 1917, e a criação, em 1922, do Partido Comunista brasileiro, aliados a intermitente repressão estatal e patronal, inclusive, com a retomada da aplicação indiscriminada da Lei Adolfo Gordo (Decreto nº 1.641, de 7 de Janeiro de 1907), com a expulsão de muitos estrangeiros do país, o ideário anarquista começou a enfraquecer.

Esse quadro, contudo, não significou o desaparecimento da disposição organizativa dos trabalhadores brasileiros, mas sim, a busca de alternativas políticas e ideológicas que fossem capazes de aglutinar e impulsionar suas reivindicações históricas e imediatas.

II. Marco teórico/marco conceptual

Sindicalismo docente: alguns entraves

A presença de agitações, greves e antagonismos políticos, econômicos e sociais entre os trabalhadores, o patronato empresarial e as instituições do Estado é um traço nítido e marcante quando se avalia a história do associativismo e do sindicalismo no Brasil. Os registros desses conflitos são muito remotos, mas se intensificaram com a urbanização do país, tornaram visíveis as diferentes correntes de pensamentos políticos e ideológicos que atuavam entre os trabalhadores e procurando organizá-los nas batalhas em defesa dos seus direitos sociais.

Com a sua chegada ao poder em 1930, Getúlio Vargas procurou controlar as atividades políticas dos trabalhadores e colocou os sindicatos sobre a tutela dos aparatos do Estado, impondo-lhes vínculos institucionais com o recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (atual Ministério do Trabalho e Previdência Social), pela edição do Decreto nº 19.433, em 26 de novembro daquele ano. O seu principal objetivo era exercer o controle sobre a ação dos trabalhadores, dividindo-os e dificultando a sua organização e atuação independente. Esse processo de atrelamento se agravou com a edição da Constituição de 1934, pela qual se permitia a pluralidade de sindicatos, com o objetivo de se enfraquecer a edição de lutas conjuntas e articulação geral do trabalhador. Com a divisão das categorias o processo de luta ficava subordinado a cada setor determinado pelo Estado e articulado por seu sindicato, diminuindo, assim, o poder de negociação dos trabalhadores e dos seus representantes frente ao patronato público ou privado. (BAUER; DINIZ e PAULISTA, 2013).



Por esses dias, os trabalhadores da educação que se empregam nas escolas e instituições de ensino privadas tinham o direito de se associar aos sindicatos, que, por sua vez, obedecendo a estrutura do sindicato de Estado reinante no país, podiam se aglutinar numa federação própria, aliás, como ocorre até os nossos dias.

Com o impedimento legal de ser sindicalizado, o ardil encontrado pelos trabalhadores da educação das redes municipais, estaduais e federais foi criar e estimular a filiação a associações que não eram reconhecidas, formalmente, pelas instituições e autoridades estatais como entidades interlocutoras e representativas dos interesses corporativos, políticos e econômicos dos professores e funcionários atuantes nessas redes do ensino público brasileiro.

A luta dos trabalhadores em educação perpassa pelas dificuldades que são comuns ao conjunto da classe trabalhadora no que diz respeito à organização nos embates contra o patronato. Um marco importante nesse processo dentro do campo da educação se deu, em 1960, quando foi criado a Confederação dos Professores Primários do Brasil, considerada por Bauer; Diniz e Paulista (2013) a gênese da organização nacional nesse setor. Dentro desse campo de lutas encontramos diversas entidades de suma importância como, por exemplo, na esfera nacional, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhares em Educação) e, na orbita estadual, do Sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), entidades que constituem a história do sindicalismo e do associativismo docente no Brasil contemporâneo.

Ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), e sua importância para a história da educação brasileira.

Os presentes parágrafos tem a intenção precípua de procurar fundamentar conceitual e preliminarmente o estudo de caso que estamos realizando e que trazem como principal objetivo reconstruir criticamente a trajetória de um momento emblemático da história dos professores da rede estadual do ensino de São Paulo, que foi a ocupação da Assembleia Legislativa pelos docentes durante a greve de 1993.



A ocupação aconteceu em 19 de outubro daquele mesmo ano, como desdobramento de uma greve envolvendo parte significativa da categoria dos professores das escolas públicas estaduais paulistas; desgastados que estavam com os acontecimentos de um movimento reivindicativo que já ocorria há 65 dias sem conseguir atingir quaisquer uns dos seus intentos e nem mesmo firmar o diálogo conciliatório com o governo do estado de São Paulo.

Foram contados nove dias de ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) efetivados pelo professorado paulista, num quadro de significativa solidariedade da sociedade civil e ação política que procurava chamar atenção da opinião pública para o desmantelamento da escola que estava em curso inspirado pelo ideário do chamado neoliberalismo que, então, ganhava força ideológica política no debate político nacional. Mas que também fez o uso da forte ação repressiva por parte do Estado, com o claro objetivo de produzir o emudecimento da questão social pelo uso da força policial.

Esse episódio faz parte da história do Sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), mas também é uma página importante do colapso e da crise estrutural do sistema educacional brasileiro. Na medida em que traz à tona os primórdios da crescente influência dos organismos ditos multilaterais, como é o caso do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com suas pregações em torno da Declaração Mundial de Educação para Todos; reafirmados na Conferência de Nova Déli, no Relatório Jacques Delors e no Plano Decenal de Educação para Todos apresentado pelo estado brasileiro em 1993.

Esse período histórico educacional que tem, entre outros, como pontos cruciais para o seu balizamento as diretrizes emanadas do proclamado Consenso de Washington (1989) e da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) é merecedor de nossa atenção para melhor compreendermos as marcas deixadas naquele período histórico esse contexto, os movimentos deflagrados pelos professores da rede pública estadual paulista, no calor da hora desses acontecimentos, nos parecem ser uma excelente oportunidade de se dimensionar o seu papel de resistência e questionamento à supremacia, política e ideológica, alcançada pelo neoliberalismo e seus efeitos educacionais naquele momento histórico.



Os estudos sobre o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação

A temática do sindicalismo operário é clássica e largamente desenvolvida nas áreas da sociologia, da história, da ciência política, do serviço social, da psicologia social etc., desde os primórdios desses campos do conhecimento nas universidades ocidentais. Ocorre que os estudos versando sobre o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores da educação e, mormente, aqueles preocupados com sua historicidade são poucos usuais mesmo no universo acadêmico educacional.

No caso dos programas de pós-graduação em educação, atuantes na contemporaneidade brasileira, os estudos existentes versando sobre a Apeoesp são aqueles que mais se destacam, com uma gama muito grande de pesquisadores preocupados com a sua presença política e o seu percurso histórico na educação brasileira.

Entretanto, pelo que pudemos apurar em nossas consultas as fontes bibliográficas especializadas e aos bancos de teses e dissertações nacionais, a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deflagrada a partir de 19 de outubro de 1993, até o presente momento, não mereceu nenhum estudo que procurasse dimensionar sua importância histórica educacional.

De fato, pelo que foi constatado esse marcante e conturbado episódio ainda permanece inédito dentre as inúmeras preocupações que motivam os pesquisadores que se tem dedicado a estudar a presença da Apeoesp na área educacional. Por essa razão acreditamos ser de suma importância essa reconstrução sob uma perspectiva histórica para tentar compreender as nuances desse período e sua importância na construção da historicidade dos movimentos sociais perpetrados pelos professores em defesa da escola pública, gratuita e laica no Brasil contemporâneo.

Para procurar compreender a gênese, os percalços do movimento paredista, que trouxe como a sua principal consequência à ocupação da Alesp é importante contextualizar o política e economicamente momento histórico que o país atravessa; como também se verificar a maneira em que produzia a sua inserção na dinâmica geral do capital numa fase histórica de predominância ideológica do chamado neoliberalismo. Nesse aspecto, autores como Perry Anderson (1995), Martin Carnoy (2202), L. C. H. Freitas (1999, 2007), Gaudêncio Frigoto (1995, 2000), Luiz Antônio Cunha (2007), entre outros, poderão contribuir sobremaneira com a caracterização da época histórica que tencionamos estudar.



Após um duro período de instabilidade política no qual os direitos políticos da população foram usurpados mediante o uso da força física e de ações golpistas de caráter policialescos, coercitivos e mesmo jurídicos que buscavam legitimar a ditadura instalada em 1964. Foram anos difíceis, pautados pelo estado de exceção, com a subtração de direitos elementares do Estado de democrático, tempo nos quais as lutas sociais por melhores condições de vida e pela liberdade de expressão e organização política se tornavam muito árduas.

Num cenário de transição política, em 1993 o país passava por um momento político de instabilidade já que acabara de sofrer um processo de impeachment de um governo que tinha sido eleito por voto direto e com amplo apoio popular nas eleições de 1989.

Salientando que deveremos retomar, mais adiante, a necessária contextualização histórica desse tumultuado período, por ora, faz-se necessário uma revisão da literatura para que seja possível um levantamento de pesquisas relacionadas com a nossa temática com o intuito de alicerçar os nossos próprios passos nessa seara dos estudos acadêmicos. Desta sorte, partimos da premissa de que no interior dos programas de pós-graduação, nas páginas dos periódicos especializados, nos acervos eletrônicos das sociedades científicas, dos bancos de teses e dissertações, em compêndios e na literatura correlata aos nossos objetivos poderemos encontrar contribuições que possam trazer informações significativas para o constructo dos estudos que estamos empenhados em realizar.

É importante repetir que nas consultas que realizamos, até o presente momento, é possível constatar que, a análise da ocupação da Alesp, efetivada como rescaldo da greve dos professores de 1993, não se encontra em nenhum estudo entre aqueles disponibilizados eletronicamente pelos bancos de dados acadêmicos nacionais. De fato, pelo que pudemos aferir esse instante marcante das lutas dos professores da rede pública de São Paulo ainda não teve a atenção da academia e, portanto, ainda não foi devidamente pesquisado, analisado e registrado como parte da história travada no campo das lutas sindicais na educação eclodidas ao longo da década de 1990.

A importância desse momento nos parece crucial para compreender a escola pública e as condições de ensino na contemporaneidade, visto que as diversas greves e movimentos educacionais que se deram nesse período constituíram uma gama de fatos importantes para compreender as



mudanças que se operaram com as aberturas para o mercado internacional e o neoliberalismo que se instaurou no país.

Está longe de nossa pretensão, em tão curto tempo que dispomos para a realização do presente estudo, fazer um estado da arte sobre as pesquisas relacionadas ao sindicalismo e ao associativismo em educação. Nessas páginas, objetivamos mapear alguns dos trabalhos que se apresentam com temáticas aproximadas a esse universo, no qual se oportunizam alguns autores que se mostram relevantes e norteadores dos estudos que pretendemos realizar.

III. Metodología

A fundamentação teórica da presente proposta de pesquisa partirá, prioritariamente, de obras e publicações do universo de autores que compõem a Rede Aste (Rede de Pesquisa Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação), tais como: Ascolani, Amarilio Ferreira Jr. Julián Gindin, Márcia Ondina Vieira Ferreira, Sadi Dal Rosso, Savana Diniz Gomes Melo, Cássio Diniz, Carlos Bauer etc. Esse autores mencionados são fundamentais para a compreensão do sindicalismo docente. Gradativamente, serão incorporados mais alguns autores, familiarizados com os estudos históricos e educacionais, mediante as necessidades vindouras do seu desenvolvimento.

A metodologia de trabalho adotada será qualitativa e um dos instrumentos de pesquisa será a entrevista semiestruturada. Essa metodologia nos parece mais adequada ao nosso objeto de estudo, pois, acreditamos ser importante compreender como se deu todo o processo de ocupação da Alesp e isso não seria possível na abordagem quantitativa. Nesta pesquisa, também procuraremos valorizar as fontes orais como de se suma importância no constructo desse trabalho inspirando-se em autores como Paul E. Thompson (1992) e Ecleia Bosi (2003).

IV. Análisis y discusión de datos

Estudos em sindicalismo e associativismo docente um campo a ser ocupado.

Iniciamos essa brevíssima revisão da literatura atinente aos estudos que estamos empenhados em realizar, trazendo à tona os escritos de Danuza Mendes Almeida e Amarílio Ferreira Jr. (2015), no qual os autores do artigo *As pesquisas sobre o Associativismo Docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais* avaliam as perspectivas e os caminhos percorridos pelos



pesquisadores que se debruçaram pelo tema. Identificando que a princípio as pesquisas eram mais de cunho regional e direcionadas ao associativismo docente, sendo que as preocupações o sindicalismo começam a despontar em meados de 2009, quando também surgiu a Rede ASTE (Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação) que viabilizou a divulgação de estudos nas áreas de ciências humanas e sociais; além da integração de pesquisadores dedicados ao assunto, possibilitando encontros para debates sobre a temática. O artigo traz como reflexão a falta de estudos que enfatizem a trajetória dos professores nas redes privadas de ensino, já que a maioria das pesquisas se dá em torno da história das entidades sindicais que atuam na esfera pública.

Em nossas incursões sobre a temática encontramos a questão da precarização do trabalho docente relacionado a preceitos neoliberais, como a produtividade e a flexibilização. Esse discurso é posto por políticas educacionais vindas de agências bilaterais como é o caso do Banco Mundial e da UNESCO. Em oposição a esse cenário têm-se as lutas dos trabalhadores que "dentro do movimento sindical, discutem-se e assinalam-se caminhos para a melhoria da educação e defende-se a classe dos trabalhadores da educação contra políticas públicas de um Estado mínimo" (Diniz; Rocha, p.123, 2015).

Na procura de compreender algumas nuances dessa temática é possível percorrer os estudos que foram realizados na tentativa de investigar e pesquisar os episódios que vem sendo realizados dentro da área do conhecimento educacional, que ainda é, reconhecidamente, muito pequena nos programas de pós-graduação espalhados pelo país afora. De nossa parte, pretendemos, com a realização dos nossos estudos, procurar contribuir para o fortalecimento dessa temática que julgamos fundamental para os que vivem do próprio trabalho no mundo do trabalho educacional.

O estudo de caso que nos propomos realizar tem como objetivo específico reconstruir historicamente a ocupação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Para o constructo dessa proposta nos parece importante contextualizar a década de 1990, as mudanças no campo educacional, bem como as greves que se deram nesse período no estado de São Paulo e, por fim, a greve de 1993 que perdurou por mais de dois meses, na qual as negociações com o governo estadual não se mostraram frutíferas.



A ocupação foi um ato de resistência diante de um cenário de escasso dialogo com o poder público, no qual os professores lutavam diante do prenúncio do desmonte da educação pública e da precarização das condições de trabalho, além das significativas perdas salariais diante da inflação que não era reposta pelos índices dos reajustes salariais operados pelo patronato governamental.

A greve perdurou por 79 dias sem muitas conquistas para a categoria. O que nos chamou a atenção para a elaboração dessa proposta de estudo de caso foi o fato de apesar de ter sido uma greve muito longa e enfrentada duramente pelos seus realizadores, pouco se fala sobre ela e, menos ainda, sobre a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) que se deu no bojo do movimento paredista.

Em pesquisas já realizadas em jornais diários da chamada grande imprensa, que circularam no período de 18 de agosto a 5 de novembro de 1993, período da greve, na gual houve a ocupação, há poucas informações sobre esse fato e, por exemplo, no acervo da Folha de São Paulo nada é mencionado sobre a forma policialesca e violenta em que se deu a desocupação da Alesp. Dessa sorte, acreditamos ser importante a reconstrução desse período numa perspectiva histórica educacional com o objetivo de compreender o que houve e resgatar, preservar e refletir sobre o significado desse momento importante registrado nas lutas dos professores públicos estaduais paulistas.

Para compreender a greve e, como decorrência mais aguda desse movimento paredista, a ocupação da Alesp é importante contextualizar o momento político e social do país naqueles dias. Em 1993, o Brasil passava por um momento político de tensões e da queda de um governo que tinha sido eleito pelo voto direto após um longo e duro período de instabilidade política; período no qual os direitos sociais mais elementares da população haviam sido usurpados mediante um golpe de Estado e da efetivação de um sem número de arbitrariedades que culminaram na edificação de uma ditadura civil-militar.

Durante a curtíssima duração do governo Collor houve uma onda de liberalismo que preconizava o privado em detrimento ao público, no qual os direitos básicos da população, como é o caso da saúde e da educação, eram postos em segundo plano. Nesse período houve uma intensificação das privatizações das empresas públicas e estatais, como também na educação muitos grupos empresarias começaram a lucrar com esse nicho de mercado. (HIDAKA, 2013)



Diante desse cenário o estado de São Paulo era governado por Luis Antonio Fleury Junior do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que tinha como proposta de governo também a bandeira da privatização apesar de declarar que teria um governo independente da união, mas na pratica seguia os mesmo preceitos.

Num cenário conturbado como esse, os professores que atuavam nas escolas públicas paulistas, assim como, a maioria das categorias profissionais que constituíam a classe trabalhadora brasileira naquele momento histórico, passavam por enormes dificuldades econômicas e pelas consequências das instabilidades políticas, com arrochos salariais perpetrados como consequência de uma política monetária recessiva e concentradora da renda nacional. (CPDOC, 2016)

A Apeoesp é, reconhecidamente, um dos sindicatos mais importantes da América Latina e tem como sua principal tarefa representar os professores estaduais diante do patronato governamental paulista, nem sempre disposto a dialogar com os professores. Em 1993, após a eclosão e os desdobramentos de uma greve que durou 79 dias os professores conseguiram algumas conquistas como a anuncio de uma política salarial de correções e ajustes a cada 6 meses, além da garantia que haveria um repasse de 23% do ICMS para a folha de pagamento destinada a educação. (APEOESP, 2016).

Diante desse cenário é possível compreender a importância das lutas sindicais e dessas entidades nos necessários diálogos que se fazem entre o poder público e a sociedade civil, temos nas palavras de Gindin (2015, p. 205) uma interessante e sintética compreensão daquele momento histórico: "No final da década de 1990, o desgaste da hegemonia das políticas neoliberais e o ressurgimento da inflação, ainda que com taxas moderadas, promoveu a organização de novas greves".

V. Conclusiones

A presente proposta de estudo de caso, para nós torna-se imprescindível a partir do momento em que procuramos entender a importância histórica das lutas e dos movimentos sindicais organizados pelos professores estaduais paulistas e, dentre essas, a ocupação da Alesp, em 1993, durante uma greve que já perdurava por 65 dias, sem avanços nas negociações com o governo do Estado de São Paulo.



Como já dissemos, anteriormente, após consultas realizadas em arquivos de jornais diários do período foi constatado que não há muitas informações sobre esse episódio da história recente dos professores da rede estadual de São Paulo. Há apenas algumas notas de cunho informativo, mas nada que reconte e preserve a memória desse importante episódio social.

Por sua vez, embora seja importante registrar o significativo interesse dos pesquisadores acadêmicos educacionais pela trajetória e atuação da Apeoesp, até o presente momento, não há nenhum estudo sobre esse significativo acontecimento da história social dos professores estaduais paulistas, portanto, a pesquisa pode contribuir na preservação da memória das lutas desses trabalhadores da educação ao se dispor em reconstruir, numa perspectiva histórica educacional, esses tensos dias de ocupação, além de um aprofundamento nas questões políticas educacionais que marcaram o momento, tornando possível aos interessados compreender o papel dos professores que participaram e organizaram esse emblemático movimento de ocupação do espaço público em defesa da escola pública estadual paulista.

Nas palavras de Amarildo Ferreira Jr. (1989, p. 25) a força e a busca de organização sindical ganhou apoio dos professores, mormente, depois das greves dos metalúrgicos do ABC paulista de 1978, pois houve um arrocho salarial o que fez com que esses representantes dos que vivem próprio trabalho no mundo educacional começassem a se envolver com os movimentos sindicais. Tendo início movimentos massivos de professores em luta por melhores condições de vida

[...] o professorado dos sistemas estaduais de ensino básico, pelo seu contingente quantitativo e capacidade de organização e mobilização sindical, acabou por se transformar numa das mais importantes categorias do universo social formativo das classes médias.

O estudo sobre o associativo e o sindicalismo educacional, apesar de sua constância e notória importância política e social ainda não tem o chamado a devida atenção dos pesquisadores que atuam na pós-graduação brasileira. Desta forma, todo esforço para estudar entidades associativistas e sindicais ou mesmo determinados fatos históricos envolvendo esses atores sociais, como é a pretensão desse estudo de caso, se tornam de extrema relevância para a pesquisa histórico educacional, na medida em que tendem a contribuir para minimizar um cenário apontado pelos estudiosos dessa temática:



É gritante a ausência de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos. Os estudos empíricos permitem desenvolver conceituações e teorias calcadas na realidade especifica da periferia, observando, a partir dela, a totalidade do sistema global. (DAL ROSSO, 2011, p. 27).

A luta dos professores no Brasil contemporâneo não se faz apenas em torno da questão salarial, mas também é uma luta pela democratização da escola, em defesa da qualidade de ensino, de sua laicidade e amplo e irrestrito acesso para todos brasileiros.

Mas, verdade seja dita, nas últimas décadas, os movimentos que se fazem contra a precarização do trabalho que vem se consolidando, dia após dia, com projetos governamentais que visam o fortalecimento de setores privados em detrimento do setor público.



VI. Bibliografía

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (orgs). Sindicalismo e Associativismo dos
Trabalhadores em Educação no Brasil. Jundiaí: Editora Paco, 2013
, Carlos; DANTAS, Vanessa; MIGUEL, Miriam M. B.; PAIVA, Luís R. B.; DINIZ, Cássio
(orgs.). Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil: Volume 2. São
Paulo: Paco Editorial, 2015.
BOSI, Ecléa. O Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003
CASTRO, Pedro. Greve: fatos e significados. São Paulo: Editora Ática, 1986
CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado.
Educação e sociedade, out 2007, vol. 28, nº 100, p. 809-829.
DAL ROSSO, Sadi. et ali. Associativismo e sindicalismo em educação - Organizações e lutas /
Brasilia: Biblioteca "Sindicalismo em Educação" volume Paralelo 15, 2011.
, Sadi. Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação. Universidad
Nacional de Rosario, 2011
, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite e RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do
sindicalismo docente. Revista Pro-Posições. Campinas, SP, maio/agosto 2011
FERREIRA JR., Amarilio. Sindicalismo e Proletarização: A SAGA DOS Professores Brasileiros.
São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Historia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas - Universidade de São Paulo.
, Amarílio e BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores.
Revista Educação & Sociedade. Campinas, SP. Dez/2006
, Amarílio. A Confederação dos Professores do Brasil e a aposentadoria aos 25 anos.
Revista Associativismo e Sindicalismo na Educação. São Paulo: Editora Paralelo XV 2013



FRIGOTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceptual no campo educacional. In GENTILI, P. (Org.) *Pedagogia da exclusão*: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2000.

GINDIN, Julián; FERREIRA, Marcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi. (orgs). Associativismo e sindicalismo em educação – teoria, história e movimentos / Brasília: Biblioteca "Sindicalismo em Educação" volume 2 – Paralelo15, 2013.

GINDIN, Julián. Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011). *Educar em Revista*. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

HIDAKA, Renato Kendy. *Associativismo e sindicalismo em educação – Teoria História e Movimentos /* Brasilia: Biblioteca "Sindicalismo em Educação" volume 2 - Paralelo 15, 2013. THOMPSON, E. Paul. A voz do passado – História oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.